

DINÂMICA DEMOGRÁFICA E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

Prof^ª. Ione Rodrigues Diniz Morais
Mestre em Ciências Sociais.

Prof^ª do Depto. de História e Geografia da UFRN-CERES
Campus de Caicó.

RESUMO

Nos últimos decênios, a dinâmica demográfica brasileira apresentou importantes mudanças envolvendo suas principais variáveis: fecundidade, natalidade e migrações. A redução da fecundidade e da natalidade trouxe implicações a estrutura etária e ocupacional. Em decorrência o País passou a apresentar um novo perfil populacional marcado pela desaceleração do crescimento demográfico e pela preponderância da população adulta, com aumento do contingente de idosos. Neste contexto, a interpretação analítica dos dados estatísticos instigam a reflexão sobre os fatores sociais, econômicos políticos e culturais que influenciaram na redefinição do comportamento demográfico no Brasil e suas consequências. Ao transitar por este universo têm-se uma breve incursão pelo processo de desenvolvimento do País, que permite pensar a respeito do tipo de *modernização* aqui implementada e quais os desafios que se projetam em termos de demandas por políticas públicas que atendam a esse novo padrão populacional.

Palavras – chaves: SOCIEDADE DEMOGRAFIA DESENVOLVIMENTO

ABSTRACT

Last decennaries the brazilian demographic dynamics presented important changes involving its principal variables: fecundity, natality and migration, The fecundity and natality reduction brought many implications on aged and occupational structures.

Because of that, Brazil has presented a new populational profile marked by disacceleration of demographic growth and adult population predominance with the increase of the old ones population. In this context, the analytical interpretation of the statistical data take us to reflexion about the cultural, economical, political and social factors, that has influenced in the redefinition of the demographic behavior in Brazil and its consequences. The development process of the country can be observed when we go througa this universe, so we can think about the type of modernization developed here and what challenges are projected on the demands of public politics that could answer this new populational standard.

Keywords: SOCIETY DEMOGRAPHY DEVELOPMENT

I) INTRODUÇÃO

Caminhamos para o final do milênio. Inquestionavelmente um século marcante para a história da humanidade. O elevado nível de conhecimento científico e tecnológico adquirido pelo homem, o conduziu a aventuras e conquistas magníficas como pisar no solo lunar, produzir mercadorias diversificadas, aprimoradas, em grande escala, atingindo alto nível de produtividade; dominar máquinas e computadores (ou ser dominado por eles?) e, articular o

mundo através das telecomunicações, relativizando as distâncias. Enfim, vive-se plenamente a era do meio técnico-científico.

Todavia, concomitante a esse alto nível de progresso, permanecem inalteradas ou até se intensificaram algumas questões relativas à população. A exploração do trabalho do homem pelo homem, a injusta concentração de rendas, a precariedade das condições de sobrevivência da imensa maioria da sociedade são problemas que atravessam os séculos e se refletem no intenso fosso que distancia os extremos da pirâmide social (ápice e base).

Envolto nesses paradoxos, realizou-se no Cairo (Egito - 1994), sob os auspícios da ONU, a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento reunindo 184 países. Nesta, duas correntes de pensamento antagônicas estiveram em pauta. De um lado, os que trabalham a questão populacional em termos apenas demográficos; de outro, os que lidam com população, desenvolvimento e meio ambiente enquanto fatores interligados, interdependentes. As discussões neste fórum abordaram aspectos sociais e éticos que envolvem a questão demográfica.

No âmbito dessas abordagens, a diversidade cultural (principalmente as divergências religiosas) serviu para acirrar o debate. Contudo, não impediu a busca de um certo equilíbrio, como reflete a afirmação de Benazir Bhutto, na época Primeira Ministra do Paquistão, na abertura da Conferência: "O mundo precisa de consenso e não de um conflito de culturas." Seguindo esta mesma linha de pensamento a portuguesa Maria de Lourdes Pintassilgo, Presidente da Comissão Internacional de População e Qualidade de Vida, acenou com a proposta de revisão das Nações Unidas, no que se refere a reordenamento do mercado livre e reavaliação dos conceitos de progresso e de modernidade. Para ela a grande questão demográfica não está no embate Igreja x natalidade, mas no reordenamento social do mundo (PINTASSILGO, 1994: 7)

O desenrolar da Conferência constitui um verdadeiro desafio às convicções religiosas. As discussões sobre o aborto demonstraram o quanto é polêmica a questão, deixando visível a dificuldade de se chegar a um consenso diante de diferenças culturais tão arraigadas. Ao final do evento, os 184 países participantes aprovaram um Programa de Ação que defende políticas ousadas para proteger e promover a saúde sexual e reprodutiva da mulher.

Neste sentido, os pontos mais importantes foram a consagração dos direitos reprodutivos da mulher, equiparando-os aos direitos humanos; a condenação do aborto como método de planejamento familiar, mas o reconhecimento deste como uma importante questão de saúde pública; a estipulação de que a valorização econômica e social das mulheres, por meio da educação equiparável à dos homens, é a chave para o sucesso da estabilização do crescimento populacional; o alerta de que as mulheres devem ter o poder de decisão sobre sua vida reprodutiva e os meios necessários para exercer esse poder; a fixação de metas como educação primária universal até 2015, remoção de todas as barreiras ao planejamento familiar até 2005, redução de um terço da taxa de mortalidade infantil até 2000; o estabelecimento aos governos dos países industrializados da determinação de que teriam que multiplicar por sete, nos próximos seis anos, a ajuda anual de US\$ 800 milhões que deram em 1993 ao programa de planejamento familiar e de saúde reprodutiva dos países subdesenvolvidos.

A medida que os problemas sociais, econômicos, políticos e ambientais se agravam no planeta, as discussões sobre população e desenvolvimento adquirem proeminência, tornando-se importante o conhecimento sobre aspectos da dinâmica populacional no Brasil.

II) UM NOVO PERFIL DEMOGRÁFICO NO BRASIL

As últimas décadas demonstraram uma certa tendência a novas perspectivas no ritmo de crescimento populacional no Brasil. Os resultados do Censo Demográfico 1991 confirmaram essa propensão, ou melhor, consolidaram-na, ao revelar que o país apresenta um novo padrão

demográfico. A Contagem da População 1996 realizada pelo IBGE ratificou o perfil apresentado em 1991.

O crescimento populacional é calculado em função de certas variáveis como natalidade, fecundidade, mortalidade e migrações. Portanto, a emergência de um novo padrão demográfico no Brasil reflete as alterações nestas variáveis, as quais estão articuladas as mudanças estruturais da sociedade.

Analisando-se os dados referentes a natalidade e mortalidade dos últimos censos constata-se que estes apresentaram-se declinantes. Constitui exceção apenas o interstício 1951/1960, em que registrou-se uma elevação da taxa de natalidade em relação à década anterior. A evidência de taxa de mortalidade sempre regressiva é explicada pelo uso maciço de antibióticos, a aplicação de vacinas e melhorias no saneamento básico, sintomas do progresso da medicina e da biologia.

TABELA 1
BRASIL - NATALIDADE E MORTALIDADE
1941 - 1991

| Período | Taxa de Natalidade (‰) | Taxa de Mortalidade (‰) |
|-----------|------------------------|-------------------------|
| 1941/1950 | 43,5 | 19,7 |
| 1951/1960 | 44,0 | 15,0 |
| 1961/1970 | 37,7 | 9,4 |
| 1971/1980 | 33,0 | 8,1 |
| 1981/1991 | 26,8 | 7,9 |

FONTE: IBGE, Censos Demográficos.

Paralelamente à redução das taxas de natalidade (exceto entre 1951/1960) e de mortalidade, evidencia-se um acréscimo da população na faixa etária adulta (20 a 59 anos) e na faixa etária dos idosos (60 anos e mais). Assim, assiste-se a uma progressiva redução da natalidade e da mortalidade acompanhada de progressivo envelhecimento da população.

Em 1991, o Censo revelou uma certa situação de equilíbrio entre o percentual de jovens e o de adultos, sendo que estes últimos tornaram-se maioria. O levantamento demográfico realizado pelo IBGE em 1996, reafirma a tendência de envelhecimento, ao evidenciar que foi reduzida ainda mais a participação de jovens na estrutura etária do país, enquanto cresceu a participação dos adultos e dos velhos. Dessa forma, conclui-se que o Brasil vive uma transição demográfica de país eminentemente jovem para país de população madura.

Em termos de estrutura etária, corresponde a um importante indicador a relação entre a população idosa e o contingente de crianças. Consiste em uma derivação do índice de envelhecimento populacional, cuja interpretação sugere que quanto maior sua magnitude, mais elevada é a proporção de idosos (65 anos e mais) em relação a de crianças (menos de 15 anos). O índice obtido para o país em 1991, foi da ordem de 13,90%. Em 1996, o mesmo índice atingiu 16,97%. A ascensão desse indicador ocorre em todas as regiões do Brasil, como reflexo da redução da fecundidade, simultâneo ao aumento da esperança média de vida (IBGE, 1996: 32).

TABELA 2
BRASIL - POPULAÇÃO SEGUNDO AS FAIXAS ETÁRIAS (%)
1940-1990

| Faixas Etárias/ | 0 - 19 | 20 - 59 | 60 e mais |
|-----------------|--------|---------|-----------|
| Período | | | |

| | | | |
|------|-------|-------|------|
| 1940 | 55,42 | 42,58 | 4,06 |
| 1950 | 52,36 | 43,17 | 4,25 |
| 1960 | 52,84 | 42,28 | 4,75 |
| 1970 | 53,02 | 41,72 | 5,06 |
| 1980 | 49,61 | 44,22 | 6,06 |
| 1991 | 44,96 | 47,74 | 7,30 |
| 1996 | 42,16 | 49,69 | 7,89 |

FONTE: IBGE, Anuário Estatístico e Contagem da População/1996 apud Almanaque Abril 1999.

Procurando analisar as mudanças na estrutura etária da população brasileira, observa-se os seus reflexos sobre a estrutura ocupacional. De acordo com o IBGE, a relação entre a população compreendida na faixa etária daqueles considerados inativos (0 a 14 anos e 65 anos e mais) e o contingente potencialmente ativo (15 a 64 anos) permite calcular a "Razão de Dependência". Esta é um indicador, em linhas gerais, do peso dos jovens e dos idosos sobre aqueles que, em princípio, deveriam conformar a população ativa. Considerando esses dados, verificou-se que em 1991, chegou-se a uma proporção de 65,43% de jovens e idosos em relação às pessoas em idade ativa. Em 1996 essa proporção foi de 58,69%. Isso denota o impacto do processo de estreitamento da base da pirâmide etária, principal fator responsável pela diminuição da "Razão de Dependência" no Brasil (IBGE, 1996: 30).

As alterações no perfil da população do país são ainda mais profundas e envolvem sobremaneira a taxa de fecundidade da mulher brasileira. Foi registrado um declínio substancial no decorrer das décadas de 80/90, confirmando o que já se delineava a partir dos anos 60.

TABELA 3
TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL POR REGIÕES BRASILEIRAS (%)
1940 - 1996

| Regiões/Períodos | Norte | Nordeste | Sudeste | Sul | C. Oeste | Brasil |
|------------------|-------|----------|---------|------|----------|---------------|
| 1940 | 7,17 | 7,15 | 5,69 | 5,65 | 6,36 | 6,16 |
| 1950 | 7,97 | 7,50 | 5,45 | 5,70 | 6,86 | 6,21 |
| 1960 | 8,56 | 7,39 | 6,34 | 5,89 | 6,74 | 6,28 |
| 1970 | 8,15 | 7,53 | 4,56 | 5,42 | 6,42 | 5,76 |
| 1980 | 6,45 | 6,13 | 3,45 | 3,63 | 4,51 | 4,35 |
| 1991 | 4,00 | 4,00 | 2,40 | 2,30 | 2,90 | 2,70 |
| 1996 | 2,80 | 2,90 | 2,00 | 2,10 | 2,30 | 2,30 |

FONTE: IBGE, Anuário Estatístico/ 1992 e 1993; Contagem da População 1996.

O declínio da taxa de fecundidade no Brasil não é um fenômeno geograficamente localizado. Pelo contrário, ocorre em todo o espaço brasileiro, porém denota ritmos diferenciados em função de condições especificamente regionais. A redução da fecundidade, além de se registrar em todas as regiões, atinge ainda todas as classes sociais, todas as faixas de idade (exceto a de 15 - 19 anos). Todavia, persistem diferenciais entre as regiões que estão relacionados aos desníveis sócio-econômicos verificados no país.

Refletindo esse processo de declínio das principais variáveis demográficas (fecundidade, natalidade e mortalidade) o índice de crescimento demográfico apresenta-se decrescente.

TABELA 4
BRASIL - TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL
1941 - 1991

| Período | Brasil | Regiões Brasileiras | | | | |
|-------------|-------------|---------------------|----------|---------|------|---------|
| | | Norte | Nordeste | Sudeste | Sul | C.Oeste |
| 1940 - 1950 | 2,39 | 2,29 | 2,27 | 2,14 | 3,25 | 3,41 |
| 1950 - 1960 | 2,99 | 3,34 | 2,08 | 3,06 | 4,07 | 5,36 |
| 1960 - 1970 | 2,89 | 3,47 | 2,40 | 2,67 | 3,45 | 5,60 |
| 1970 - 1980 | 2,48 | 5,02 | 2,16 | 2,64 | 1,44 | 4,05 |
| 1980 - 1991 | 1,93 | 3,85 | 1,83 | 1,77 | 1,38 | 3,01 |
| 1991- 1996 | 1,38 | 2,44 | 1,06 | 1,35 | 1,24 | 2,22 |

FONTE: IBGE, Censos Demográficos e Contagem da População 1996.

No interstício 1980/91, o Brasil foi surpreendido pelo mais baixo índice de crescimento populacional dos últimos decênios e pela primeira vez, desde a sistematização dos Censos, esse percentual ficou abaixo dos 2%. Como ocorreu com as variáveis demográficas, esse índice também apresentou variações regionais, obtendo-se os percentuais mais elevados na Região Norte e Centro Oeste, o que pode ser explicado pelo fluxos migratórios atraídos não só pôr uma expansão retardatária da fronteira, como também pelo poder de atração que exerce o entorno de Brasília e Goiânia. (IBGE, 1996: 19). No Nordeste não só foi registrado o menor índice, mas também o mais significativo declínio da taxa de crescimento no interstício 1991-96. Explica-se tal ocorrência em função dos tradicionais fluxos de saída da população e como fator de impacto maior, o declínio da fecundidade, que nessa região vem ocorrendo tardiamente em relação ao Centro-Sul.

TABELA 5
BRASIL - POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO AS REGIÕES
1940 - 1996

| Regiões | População Residente | | | | | | |
|---------------|---------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | 1940 | 1950 | 1960 | 1970 | 1980 | 1991 | 1996 |
| Brasil | 41.165.289 | 51.941.767 | 70.070.457 | 93.139.037 | 119.002.706 | 146.825.475 | 157.079.573 |
| Norte | 1.467.940 | 1.834.185 | 2.561.782 | 3.603.860 | 5.880.268 | 10.030.556 | 11.290.093 |
| Nordeste | 14.426.185 | 17.992.094 | 22.181.880 | 28.111.972 | 34.812.356 | 42.497.540 | 44.768.201 |
| Sudeste | 18.304.317 | 22.549.386 | 30.630.728 | 39.853.498 | 51.734.125 | 62.740.401 | 67.003.069 |
| Sul | 5.722.018 | 7.835.418 | 11.753.075 | 16.496.493 | 19.031.162 | 22.129.377 | 23.516.730 |
| C. Oeste | 1.244.829 | 1.730.684 | 2.942.992 | 5.073.259 | 7.544.795 | 9.427.601 | 10.501.480 |

FONTE: IBGE, Censos Demográficos de 1940 a 1991 e Contagem da População/1996.

Os dados permitem constatar o surgimento de uma nova feição populacional no Brasil, cujos primeiros sinais remontam a década de 60, quando os índices demográficos começaram a declinar. Nesse período, começam a cristalizar-se no país as consequências de mudanças no em seu passado recente.

O Brasil, país eminentemente agrário, assistiu a uma certa expansão do setor industrial no período entre guerras (I e II Guerra). Após 1945 a industrialização toma impulso, inclusive com a expansão da produção para além da indústria de bens de consumo. Contudo, os obstáculos ao processo somente foram enfrentados no Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) através do famoso Plano de Metas, que incentivou os setores de transporte e energia, e por conseguinte, a atividade industrial. A chamada era JK foi marcada por intenso

desenvolvimento, porém às custas de uma grande dependência de capital externo. O crescimento industrial no setor de bens de consumo (63%) e de bens de produção (370%) é ilustrativo desse período.

Na fase anterior a esse período de desenvolvimento, a industrialização se desenvolveu esboçando a divisão do trabalho em território nacional. Neste contexto foi realçada a condição de São Paulo enquanto pólo dinâmico, posição conquistada através da cafeicultura e ratificada nas fases subseqüentes da evolução econômica do país.

Desta forma, os anos de 1940/50 são considerados um divisor de águas na história da economia brasileira, considerando que a partir daí "... é essa lógica da industrialização que prevalece: o termo industrialização não pode ser tomado aqui, em seu sentido estrito, isto é, como criação de atividades industriais nos lugares, mas em sua mais ampla significação, como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (leia-se terciarização) e ativa o próprio processo de urbanização." (SANTOS, 1993: 27).

Na tentativa de elucidar as causas do declínio das variáveis demográficas no país depara-se com a constatação de que enquanto a redução da mortalidade, que deu-se após a II Guerra Mundial, ocorreu em função da transferência de benesses resultantes da Revolução Médico-Sanitária e das descobertas científicas na medicina, o declínio da natalidade e da fecundidade podem ser atribuídos a urbanização e as mudanças no universo de vida feminino. Neste sentido, vale ressaltar o ingresso da mulher no mercado de trabalho, cujo ponto de partida são os anos de 1960.

A evolução desse quadro social evidencia uma participação crescente da mulher na esfera do trabalho extra-lar, de modo que nos anos 80, estas correspondem a 39% do total. Isso permite vislumbrar o cenário delineado pela escritora americana Patrícia Aburdene: "Os anos 90 serão lembrados como a década em que foi possível para a mulher ser mulher no ambiente de trabalho. (...) quanto mais uma economia se moderniza, conferindo menos importância ao poder dos músculos e valorizando o poder do cérebro, mais as mulheres participam da força de trabalho." (ABURDENE, 1993:7-10).

III) RELOCALIZAÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO

Os índices relativos a população urbana e rural no Brasil, entre 1940 e 1996, demonstram as alterações que ocorreram em termos de distribuição espacial.

TABELA 6
BRASIL - POPULAÇÃO URBANA SEGUNDO AS REGIÕES
1940 - 1991

| Regiões | Proporção de População Urbana (%) | | | | |
|---------------|-----------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 1960 | 1970 | 1980 | 1991 | 1996 |
| Brasil | 44,67 | 55,62 | 67,59 | 75,59 | 78,36 |
| Norte | 37,38 | 45,13 | 51,65 | 59,05 | 62,35 |
| Nordeste | 33,89 | 41,81 | 50,46 | 60,65 | 65,21 |
| Sudeste | 57,00 | 72,68 | 82,81 | 88,02 | 89,29 |
| Sul | 37,10 | 44,27 | 62,41 | 74,12 | 77,21 |
| Centro-Oeste | 34,22 | 48,04 | 67,79 | 81,28 | 84,42 |

FONTE: IBGE, Censos Demográficos de 1960 a 1991 e Contagem da População/1996.

Até 1960 a população rural ainda é superior a população urbana. Portanto, infere-se que o caráter rural da população brasileira era um reflexo do vetor da economia - as atividades agrícolas. Considerando-se que era no campo que se desenvolvia a base da economia e que esta atividade não havia sido atingida ainda pelo ventos da modernidade (situação que permanece em algumas áreas), delineiam-se as justificativas para a maior concentração de população no país dar-se no espaço rural.

A partir de 1960, os espaços rural e urbano são objeto de profundas transformações. No espaço rural medidas e políticas governamentais atingem a organização agrária brasileira. No Centro-Sul a modernização chega ao campo, promovendo mudanças, cujo nível de intensidade foi bem captado por HESS e SOUZA (1994:7): " ..., a modernização agrícola no Centro-Sul provocou transformações no campo, como concentração de terra, exclusão de produtores rurais menos capitalizados, liberação de empregados permanentes e aumento do assalariamento temporário, que resultaram na saída de população do campo para a cidade. Da mesma forma, o modelo econômico proposto para a expansão da fronteira de recursos da Amazônia Legal provocou, simultaneamente, a expansão de contingentes rurais, via concentração de terra e substituição de atividades, como também desencadeou um forte crescimento da população urbana com a proliferação de núcleos urbanos ao longo dos principais eixos rodoviários."

Dessa forma, revela-se que o processo de urbanização brasileiro possui entre seus fatores determinantes a própria *expulsão* do homem do campo.

Paralelo a esses processos desencadeados no espaço rural, o espaço urbano também se reorganiza. A indústria assume a posição de vetor da economia e produz o seu espaço - o espaço urbanizado que se estrutura incorporando as seguintes características: articulação, interdependência e especialização entre os espaços, com predominância do trabalho assalariado.

Sendo uma atividade concentradora, é na cidade que a indústria produzirá empregos e dinamizará outros setores da economia, provocando concentrações populacionais que serão tanto maiores quanto mais industrializada for a área. Assim, a industrialização vai se processando simultaneamente ao processo de urbanização. Este ocorre tanto em função do surgimento de cidades como pelo crescimento populacional de núcleos já existentes, inclusive esboçando uma tendência à metropolização.

Através dos resultados dos últimos censos demográficos constata-se que no Censo de 1970 o índice de população urbana superou o de população rural e manteve a escala ascendente, chegando a 1996 com o patamar de 78,36%. O novo perfil da população brasileira é hegemonicamente urbano.

Em termos regionais o Sudeste saiu na vanguarda das alterações da distribuição espacial da população, pois em 1960 a população urbana já correspondia a 57% da população total, o que é compreensível dado o processo histórico e o nível de industrialização da região. Nas demais regiões brasileiras esse padrão somente veio a se evidenciar no Censo de 1980, prosseguindo nas décadas subsequentes.

A sociedade urbana, produto do modelo de modernização econômica implantado no país, defronta-se com um universo de contradições. Este, ao se estabelecer na estrutura social, separando e confrontando ricos e pobres, se reflete também na organização espacial da cidade (bairros estruturados x favelas).

A) NOVO ARRANJO FAMILIAR

No contexto desse novo modo de vida *urbano*, a família se reorganiza e o trabalho da mulher fora de casa passa a ser visto, não só como uma forma de auto-afirmação, mas também (e em

alguns casos, *principalmente*) como uma necessidade na composição da renda familiar. Desse modo, a decisão sobre o número de filhos assume aspectos de uma questão premente e necessária que precisa ser discutida e enfrentada, requisitando muito senso de responsabilidade.

Oportuno salientar que a incorporação da mulher no mercado de trabalho está vinculada a uma série de outros fatos que se desencadearam a partir da década de 60 (no Brasil e no exterior) e, conjugados, configuraram uma verdadeira *Revolução Feminina*, um movimento de contracultura. A análise do cenário demográfico do país permite concluir que "...A população brasileira cresceu menos que o previsto, principalmente devido às mudanças na situação da mulher. Mesmo convivendo com uma crise recessiva e o aumento do fluxo de migrantes para a cidade, a mulher brasileira é hoje muito diferente de gerações próximas passadas. As relações de ajuda entre a família estão desaparecendo, a mulher chefe de família não tem como dividir o encargo da criação dos filhos e a educação deles custa cada vez mais. Então, uma série de fatores negativos e positivos mudou a estratégia de sobrevivência, o que resultou num planejamento familiar espontâneo." (BARROSO, 1992:7-8).

As mudanças nos padrões e arranjos familiares vem despertando a atenção dos estudiosos da população. No Brasil, entre 1991 e 1996, a proporção de chefes de domicílio do sexo feminino passou de 18,1% para 20,8%. Embora apresente-se como uma tendência geral do país, chama-se a atenção para o fato de que é no Nordeste que se registra a maior proporção (21,9%).

TABELA 7
BRASIL - PROPORÇÃO DE CHEFES DE DOMICÍLIO POR SEXO SEGUNDO AS REGIÕES
1980 - 1996

| Regiões | Proporção de Chefes de Domicílio (%) | | | | | |
|---------------|--------------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | Homens | | | Mulheres | | |
| | 1980 | 1991 | 1996 | 1980 | 1991 | 1996 |
| Brasil | 85,35 | 81,88 | 79,19 | 14,65 | 18,12 | 20,81 |
| Norte | 87,75 | 84,48 | 81,39 | 12,25 | 15,52 | 18,61 |
| Nordeste | 83,42 | 80,54 | 78,08 | 16,58 | 19,46 | 21,92 |
| Sudeste | 85,11 | 81,40 | 78,60 | 14,89 | 18,60 | 21,40 |
| Sul | 87,95 | 83,97 | 81,45 | 12,05 | 16,03 | 18,55 |
| Centro-Oeste | 86,83 | 83,05 | 80,02 | 13,17 | 16,95 | 19,98 |

FONTE: IBGE, Censos Demográficos de 1960 a 1991 e Contagem da População/1996.

A disseminação de informações através dos meios de comunicação, entre outros fatores, foi de suma importância para que a mulher tivesse a coragem de submeter-se a um processo de auto-avaliação, buscasse seus valores individuais e repensasse o seu papel na família e na sociedade. Assim desponta a valorização do corpo da mulher pela própria mulher, fazendo surgir um novo padrão de comportamento sexual, com a tomada de consciência, a partir das informações obtidas sobre o funcionamento e regulação do próprio corpo. Adquire-se maior poder sobre o mesmo, inclusive sobre a opção (ou não) pela maternidade, resultando em um planejamento familiar espontâneo. Ressalta-se a importância do aprimoramento e da divulgação dos métodos contraceptivos. A difusão do DIU, da camisinha e da pílula contribuiu decisivamente para a consolidação do processo de planejamento familiar e, apesar dos malefícios à saúde, a pílula continua a ser bastante utilizada pelas mulheres. Uma verdadeira aliada daquelas que abdicam da maternidade ou de ter uma prole numerosa, mas não abrem mão de uma vida sexual ativa.

Desta forma, tem-se que o acesso a anticoncepcionais modernos foi determinante para o declínio da fecundidade. Um dado novo acrescenta-se à análise quando ficou constatado a

inclinação da mulher brasileira por um método de contracepção dito radical - a esterilização. Segundo a Pesquisa de Padrão de Vida realizada pelo IBGE em 1996, 22,8% das mulheres entre 15 e 49 anos estão esterilizadas, o que torna esse método o mais utilizado como forma de limitar os nascimentos. O aumento desse número entre 1986 e 1996 foi da ordem de 45%. Além dos anticoncepcionais, não se pode negligenciar a importância de fatores como a urbanização e a escolaridade crescentes da população.

No seio destas mudanças, o próprio papel da mulher na família e na sociedade é repensado, fazendo emergir uma nova realidade que admite a divisão do trabalho na esfera familiar. O conceito de família, baseado no tripé - pai, mãe e filhos, passa por reconsiderações e ampliações face à proliferação de novas tipologias familiares. É cada vez maior o número de famílias chefiadas por mulheres que assumem sozinhas ou com a ajuda de parentes, a criação dos filhos. Tornam-se comuns também a recomposição de famílias, após experiências conjugais mal sucedidas.

Em meio a estas reconceituações a mulher vai conquistando e consolidando o seu direito ao exercício de uma vida profissional. Não obstante o enfrentamento de discriminações e obstáculos, essa situação pode ser considerada irreversível. Decididamente o perfil da mulher brasileira cada vez mais se distancia do de dona-de-casa, mãe de numerosa prole, esposa submissa, conformada e passiva ante as atitudes do marido, enfim, *rainha improdutiva do lar* (VEJA Especial - Mulher: 1994).

O reconhecimento de suas próprias qualidades, a descoberta e valorização de suas potencialidades e a crença na possibilidade de desempenhar com competência funções extraluar, são etapas de um processo que, de certo modo, pode ser considerado rápido (comparando-se a outros países) no universo feminino brasileiro. Talvez por isso, o binômio casa/família ainda oferece certas resistências à adaptações necessárias à nova realidade, mesmo que 40% das mulheres que ingressaram no mercado de trabalho, o fizeram (e o fazem) para aumentar os proventos da família. Conclui-se que não ocorre necessariamente um rompimento com o vínculo casa/família quando a mulher busca salário e identidade no mercado de trabalho.

Entretanto, a questão é complexa e não há consenso sobre o assunto como demonstra a historiadora Aspásia Camargo, primeira mulher a assumir a presidência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA: "... *Homens e mulheres estão tendo de repensar a família porque, a partir do ingresso da mulher no mercado de trabalho, passou-se a produzir mercadorias cada vez mais bem acabadas e o produto humano está saindo com defeito. É cada vez maior o número de neuróticos, esquizofrênicos e tantos outros problemáticos.*" (VEJA especial - Mulher, 1994:67)

Conciliar a situação de profissional, mãe e esposa não é tarefa fácil (será mesmo possível a conciliação?) e complica-se ainda mais quando a estas funções são agregadas as obrigações domésticas, caracterizando uma dupla jornada de trabalho para a mulher. Pode-se atribuir, pelo menos de forma parcial, que a situação exposta seja responsável pela opção por casamentos mais tardios. Acrescente-se a essa justificativa, a pretensão de conquistar *antes* uma certa estabilidade econômica, a liberdade sexual e o desejo de afirmação profissional.

Verifica-se que esse novo perfil da mulher brasileira possui estreita vinculação com a redução das taxas de fecundidade e de natalidade, assim como a própria estrutura sócio-econômica da sociedade (grande concentração de renda), além da propagação dos valores urbanos (ligados a industrialização e a urbanização do campo). Estes últimos conduzem as famílias à aspirações de ascensão social, de um novo padrão de vida, em que o *ter filhos* passa por uma avaliação objetiva da relação custo-benefício, mesmo não se tratando de uma política demográfica compulsória. Ponderando-se a situação elucida-se, enfim, o declínio do número de filhos por mulher (taxa de fecundidade).

Os dados estatísticos comprovam a redução da fecundidade no Brasil, sendo sintomático que a taxa de crescimento anual da população sequer atingiu a cifra esperada em 1991, declinando ainda mais em 1996 (vide TAB. 4). Todavia, deve-se levar em conta a existência de diferenças

regionais que apontam para taxas de crescimento elevadas (acima de 2%) na Região Norte (entre as regiões a que notificou os maiores índices em 1991 e 1996) e Centro-Oeste. Esses índices considerados elevados em relação as demais regiões se justificam em função dos fluxos de migração.

B) MIGRAÇÃO

O processo migratório que explica a drástica redução da população rural assumiu novos rumos no país. Em um passado recente, as principais correntes migratórias inter-regionais convergiam para o Centro-Sul, região dinâmica e promissora. Nas últimas décadas, a grave crise econômica levou migrantes a buscarem novas perspectivas de trabalho e de vida em outras regiões. De repente, o Centro-Sul pareceu saturado, não conseguindo mais absorver novos contingentes populacionais e proporcionar-lhes a realização do sonho de todo migrante: um trabalho e uma vida melhor.

Diante desse quadro os percursos conhecidos já não atraem como antes. Surgem novas rotas migratórias em direção ao Norte e Centro-Oeste em função de constituírem novas fronteiras de recursos minerais e agrícolas, acenando com novas possibilidades de sobrevivência. Assim explica-se a origem das altas taxas de crescimento populacional nestas regiões. A garimpagem desponta como responsável pelo elevado crescimento populacional de Roraima, 9,63% conforme o Censo 1991; o processo de desconcentração geográfica da produção agro-industrial se ajusta às explicações da expansão da fronteira agrícola do Centro-Oeste, deixando como seqüela um elevado índice de crescimento populacional na região.

TABELA 8
ENTRADA DE MIGRANTES NAS GRANDES REGIÕES BRASILEIRAS
1991 -1996

| Regiões | Entrada de Migrantes (%) |
|--------------|--------------------------|
| Norte | 12 |
| Nordeste | 14 |
| Sudeste | 46 |
| Sul | 9 |
| Centro-Oeste | 19 |

Fonte: IBGE, contagem da População/1996.

Os fluxos migratórios ainda são predominantemente direcionados para a Região Sudeste. Todavia, desde a década de 80 estes contingentes vêm diminuindo, como atestam os números: em 1991 1.427 mil pessoas chegaram a região vindas de outras partes do país; em 1996 apenas 1.220 mil. A maior contribuição dada a esse fluxo provém do Nordeste. Embora o estado de São Paulo continue como o principal receptor de migrantes, apresentando um saldo migratório positivo, é daí que está sendo caracterizado o maior fluxo de migração de retorno, especialmente para o Nordeste (IBGE, 1996: 34).

Interessante registrar que não foram apenas os fluxos migratórios inter-regionais que tiveram seus rumos alterados. Também mudaram as rotas de migrantes em direção aos grandes centros urbanos que caracterizaram os anos 60 e 70, sendo responsáveis pela constituição das metrópoles brasileiras.

C) METROPOLIZAÇÃO

No Brasil, urbanização e metropolização desenvolveram-se paralelamente. Em 1950, o país contava com dois centros urbanos com mais de 1.000.000 hab.; em 1970 esse número foi duplicado; em 1980 passou para sete; em 1991 foram oito as cidades inseridas nesta categoria. Nestas grandes cidades estão concentrados 21,66% da população brasileira e é nas

regiões metropolitanas que foram registrados os maiores índices de expansão demográfica nas últimas décadas. Para SANTOS (1993), "...o fenômeno da metropolização vai muito além da denominação legal." Oficialmente são 9 as Regiões Metropolitanas: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. No entanto, a realidade atual já permite que outras regiões urbanas possam ser consideradas como metrópoles (Ex. Brasília).

Este fato revela que durante algumas décadas os fluxos migratórios responderam pelo grande incremento populacional de determinadas cidades que assumiram as funções de metrópoles. Porém, o Censo 1991 manifesta uma nova tendência, sendo as cidades médias as mais procuradas. SANTOS (1993) adverte que "...se o denominador comum for a população urbana total do Brasil, e não seu incremento intercensitário, a parte relativa à aglomeração paulista e à fluminense baixa de 26,24% no decênio de 1940 para 18,69% na década de 1970 (25,84% - 1950/60 e 25,89% - 1960/70). Essa queda prosseguiu no último período intercensitário." Essa constatação tornou pertinente os questionamentos a cerca de uma tendência a desmetropolização no Brasil. De acordo com SANTOS (1993), o país atravessa simultaneamente os processos de metropolização e desmetropolização (o principal indicador é o elevado crescimento das cidades médias entre 1980/91).

TABELA 9
POPULAÇÃO RESIDENTE E TAXA DE CRESCIMENTO, SEGUNDO AS REGIÕES
METROPOLITANAS
1991/1996

| Regiões Metropolitanas | População Residente | | Taxa de Cres. (%) |
|------------------------|---------------------|-------------------|-------------------|
| | 1991 | 1996 | 1991/1996 |
| Brasil | 43.902.370 | 47.298.604 | 1,53 |
| Belém | 1.332.840 | 1.485.569 | 2,23 |
| Fortaleza | 2.307.017 | 2.582.820 | 2,32 |
| Recife | 2.919.979 | 3.087.967 | 1,14 |
| Salvador | 2.496.521 | 2.709.084 | 1,68 |
| Belo Horizonte | 3.436.060 | 3.803.249 | 2,09 |
| Vitória | 1.064.919 | 1.182.354 | 2,15 |
| Rio de Janeiro | 9.814.574 | 10.192.097 | 0,77 |
| São Paulo | 15.444.941 | 16.583.234 | 1,46 |
| Curitiba | 2.057.578 | 2.425.361 | 3,40 |
| Porto Alegre | 3.027.941 | 3.246.869 | 1,43 |

FONTE: IBGE, Censo Demográfico de 1991 e Contagem da População/1996.

As taxa de crescimento das regiões metropolitanas, entre 1991-1996, acompanharam a tendência geral do país, sendo comparativamente menores que as do período 1980-1991. A única exceção refere-se à Região Metropolitana de Curitiba. Alerta-se para o ainda elevado índice de crescimento da Região de Fortaleza e para a criação da Região Metropolitana de Vitória entre 1991 e 1996. Em termos gerais, as regiões metropolitanas do Brasil correspondem a 30,11% da população total (em 1991 era 29,9%). Não obstante, o ritmo de crescimento dessas regiões demonstra uma desaceleração, sugerindo que essas áreas não são mais pólos de intenso crescimento populacional, com raras exceções.

IV) FACETAS DA MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA

Persistindo ainda na análise sobre a urbanização concebe-se que seus reflexos extrapolam a *fronteira* do urbano. A modernização da sociedade brasileira atingiu também o campo que através desta requer "... máquinas, implementos, insumos materiais e intelectuais indispensáveis à produção, ao crédito, à administração pública e privada..." (SANTOS, 1993). Fala-se da urbanização do campo e a interrelação campo-cidade organiza-se segundo um sistema urbano em que discernir o essencialmente urbano do rural torna-se cada vez mais complexo.

As mutações não se dão apenas a nível de espaço e de produção, mas também de relações. O contingente de trabalhadores rurais assalariados no Brasil cresceu consideravelmente, e uma fatia significativa destes, são trabalhadores temporários. O processo de modernização na agricultura tem produzido impactos no processo de trabalho que repercutem no mercado rural. A adoção de tecnologias de produção que utilizam abundantemente insumos químicos, mecanização, variedades melhoradas, somada a novas formas de gestão de mão-de-obra, tem provocado mudanças nas relações de trabalho rural. De maneira geral, tais mudanças têm significado, por um lado, maior sujeição do trabalho ao capital e uma especialização do trabalhador, que passa a executar somente uma etapa do elo da cadeia do processo produtivo. Por outro lado, têm levado a uma redução na demanda de trabalhadores e o desemprego no campo passa a ocorrer mesmo em plena safra (ROGEL & IÓRIO, 1994:11). Portanto, confirma-se que o *moderno* brasileiro é o da integração, embutida de paradoxo.

No Brasil costuma-se vincular a urbanização ao de declínio de fecundidade. Contudo, esses fenômenos ocorrem sem que se verifique um processo de desenvolvimento. Registram-se taxas de crescimento econômico em alguns setores, de crescimento das cidades, de urbanização, dentre outros. Inclusive, comemora-se o aumento da expectativa de vida do brasileiro e de sua idade média de vida.

TABELA 10
BRASIL - EXPECTATIVA DE VIDA
1940 - 1998

| Ano | Idade |
|------|-----------------|
| 1940 | 42,7 |
| 1960 | 53,3 |
| 1980 | 60,0 |
| 1991 | H: 62,0 M: 67,0 |
| 1998 | H: 64,8 M: 71,9 |

FONTE: IBGE, Censos Demográficos e Almanaque Abril 1999.

TABELA 11
BRASIL - IDADE MEDIANA DA POPULAÇÃO RESIDENTE
1980 - 1996

| Ano | Idade Mediana |
|------|---------------|
| 1980 | 19,2 |
| 1991 | 21,7 |
| 1996 | 23,2 |

FONTE: IBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991 e Contagem da População/1996.

Alguns indicadores sociais como redução do analfabetismo e aumento do número de domicílios com saneamento básico procuram resgatar um certo otimismo. No entanto, será que se pode interpretar esses dados como resultado de um processo de desenvolvimento?

No Brasil associar industrialização a progresso e urbanização a desenvolvimento tornou-se uma prática costumeira. A própria realidade demonstra o quanto isso é precipitado. No país ocorre uma rápida urbanização, regionalmente diferenciada, que não consegue escamotear a grave crise que afeta os setores infra-estruturais típicos de sociedades urbanas (saúde, educação, transporte, habitação, saneamento básico, segurança, entre outros).

O *viver* na cidade que encerra tantos sonhos ao migrante ou ao seu próprio morador, começa a dar sinais de estrangulamento. A cidade portadora de tantas promessas, já não consegue dar conta de atender as necessidades de seus habitantes. É no espaço urbanizado que proliferam as favelas com cerca de 1 milhão de moradias e uma população de 4,4 milhões de pessoas. Na cidade de São Paulo, segundo pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) de 1993, o número de habitações e de moradores nas favelas teve um acréscimo de 100% entre 1987 e 1993, atingindo a 379 mil domicílios, com 1,9 milhões de pessoas, ou seja, quase 20% da população. Na cidade do Rio, que juntamente com São Paulo concentra a maioria das favelas do país, entre 1981 e 1991 houve um aumento de 32% em termos de população residente nas favelas, chegando a aproximadamente 1 milhão de pessoas (18% da população do município). As causas deste fenômeno estão relacionadas à redução de renda dos assalariados urbanos e o desemprego.

Além das favelas ainda há uma considerável porção da população que mora em cortiços, que em muitos casos apresentam condições de vida piores que as da favela. No interior dessas comunidades existe um elevado estágio de degradação multidimensional - ambiental, biológica e moral. Constitui-se uma população que não encontrou no viver na cidade condições dignas de sobrevivência, ficando à margem de algo que era fundamental para atingir essa conquista - o mundo do trabalho.

Podemos concluir que, pelo menos no que se refere ao caso brasileiro, urbanização não é sinônimo de desenvolvimento. Transformar essa situação tornou-se um grande desafio, quando constatamos que o Brasil está entre os países com pior distribuição de renda.

TABELA 12
DISTRIBUIÇÃO DE RENDA EM ALGUNS PAÍSES DO MUNDO
(distribuição % sobre o total da renda)
1996

| Países | Frações da População | | | |
|---------------|----------------------|--------------------|----------------|----------------|
| | 20% mais pobres | 60% intermediários | 20% mais ricos | 10% mais ricos |
| Suíça | 5,2 | 50,2 | 44,6 | 29,8 |
| Japão | 8,7 | 53,8 | 37,5 | 22,4 |
| EUA | 4,7 | 53,4 | 41,9 | 25,0 |
| Cingapura | 5,1 | 45,9 | 48,9 | 33,5 |
| México | 4,1 | 40,5 | 55,3 | 39,2 |
| Brasil | 2,1 | 30,6 | 67,5 | 51,3 |
| China | 6,2 | 49,9 | 43,9 | 26,8 |
| Índia | 8,5 | 49,0 | 42,6 | 28,4 |
| Guiné-Bissau | 2,1 | 39,1 | 58,9 | 42,4 |
| Ruanda | 9,7 | 51,3 | 39,1 | 24,2 |

Fonte: Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1996 apud SENE, Eustáquio, MOREIRA, João Carlos, 1999: 33.

Agravando ainda mais a situação as disparidades regionais demonstram que no Nordeste a renda é 40% inferior a do Sul. Considerando-se que isso influencia diretamente nas condições de vida, não se pode descartar totalmente a possibilidade de uma convulsão social, fato que já chamou a atenção da ONU.

Os processos que desencadearam mudanças no padrão demográfico brasileiro são profundos e complexos. A transição demográfica é um processo social que se verifica a cerca de 30 anos, caracterizada pela rapidez e irreversibilidade. Assim é que em um curto espaço de tempo passamos dos questionamentos referentes as seqüelas do fantasma da explosão demográfica à interrogações a cerca das consequências do envelhecimento da população.

De um país de jovens para uma população madura, eis a situação do Brasil ante o declínio da fecundidade. Até certo ponto já estamos atrasados nas discussões referentes a esta situação. Economicamente o elevado índice de população adulta (49,69% em 1996) sugere um maior número de população economicamente ativa. Mas, isso significa que estão inseridos no mercado de trabalho?

Os prognósticos sugerem que esse é um padrão demográfico com tendência a continuidade. Assim o Brasil se defronta com um grave problema em relação à mudança na sua estrutura etária: a necessidade de gerar empregos em um contexto de dificuldades econômicas e desemprego estrutural; e também a urgência de repensar o sistema previdenciário, tendo em vista a questão do envelhecimento da população que amplia o leque de aposentadorias, e o próprio sistema de saúde.

As questões que se colocam atualmente no país, não podem e não devem ser adiadas. Discutir políticas controlistas é fugir da realidade e do futuro que se delineia. A verdade é que as teses neomalthusianas, tão em voga nos últimos decênios, não servem mais para explicar a dinâmica da população brasileira. Faz-se urgente o debate a respeito de políticas sociais que envolvam os problemas de alimentação, saúde, educação, moradia, uso do solo, geração de empregos, segurança, enfim aspectos do bem-estar da população. As políticas governamentais ao desconsiderar tal conjuntura estão contribuindo para o agravamento dos problemas. Afinal, no momento em que o propalado modelo de progresso do século XX é questionado e se propõe uma revisão do próprio conceito de progresso, com certeza não será através da simples redução ou ampliação de índices meramente estatísticos que galgaremos o patamar de países desenvolvidos. As melhorias de sociedade brasileira passam necessariamente por uma desconcentração da renda e redução dos desníveis regionais. (Isso será viabilizado um dia?).

Pensando que tais melhorias vinculam-se à qualidade de vida, a qual é conceituada como a "*harmonia da pessoa consigo mesma, com os outros de sua sociedade, [devendo] prevalecer um sentido de dignidade, mesmo que as condições econômica e social sejam adversas. O tratamento digno da pessoa como pessoa é fundamental.*" (PINTASSILGO, 1994:7), vislumbra-se um certo pessimismo em relação ao Brasil atual. Como lidar com as seqüelas do novo perfil demográfico? Difícil responder a algo tão complexo. Porém, as questões que envolvem o velho e atual dilema população x desenvolvimento precisam ser conduzidas de forma harmoniosa, de modo que o homem não seja percebido apenas como mais uma peça da engrenagem do sistema capitalista. Mas como um ser humano que busca a realização dos sonhos, a felicidade, a paz, o amor, enfim... *viver* e não apenas *sobreviver* no mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABURDENE, Patrícia. A revolução esta aí. In: *Veja*. São Paulo, Ed. Abril, 29 set. 1993, p. 7-10.

ADAS, Melhem. *Panorama geográfico do Brasil*. São Paulo : Ed. Moderna, 1990.

- BARROSO, Carmem. Depende da mulher. In: *Veja*. São Paulo, Ed. Abril, 19 ago. 1992, p. 7-10.
- CORRÊA, Roberto L., O'NEIL, Maria Mônica V. C. Notas sobre as migrações interestaduais no período 1971-1980. In: *Cadernos de Geociências*. Rio de Janeiro : IBGE, 1991, p. 29-33.
- DAVIDOVICH, Fany Rachel et al. Urbanização no Brasil. In: *Brasil : uma visão geográfica dos anos 80*. Rio de Janeiro : IBGE, 1988.
- FARIA, Vilmar E. Cinquenta anos de urbanização no Brasil : tendências e perspectivas. In: *Novos estudos CEBRAP*, n. 29, mar 1991, p. 98-119.
- HESS, Dora R., SOUZA, Sonia B. O novo retrato populacional do Brasil. In: *Revista Tempo e Presença*. Rio de Janeiro : CEDI, 1994. p. 5-8.
- EDITORA ABRIL. *Veja especial : Mulher a grande mudança no Brasil*. São Paulo, ano 27, ed. 1351, ago-set. 1994.
- IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. vol. 51. Rio de Janeiro : IBGE, 1991.
- _____. *Censos demográficos*. Rio de Janeiro : IBGE, 1940 a 1991.
- _____. *Contagem da População 1996*. Rio de Janeiro : IBGE, vol 1. , 1997.
- JARDIM, Antonio de Ponte et al. Aspectos da metropolização no Brasil. In: *Cadernos de Geociências*. Rio de Janeiro : IBGE, jul/set/1994. p. 35-60.
- MARTINE, George. *População, meio ambiente e desenvolvimento : verdades e contradições*. São Paulo : UNICAMP, 1993.
- MORAES, Maria Lygia Q. Mulher e família na sociedade brasileira. In: *Revista Tempo e Presença*. Rio de Janeiro : CEDI, 1994. p. 14-16.
- PEREIRA, Maurício B. Mudanças no mundo do trabalho. In: *Revista Tempo e Presença*. Rio de Janeiro : CEDI, 1994. p. 12-13.
- PINTASSILGO, Maria de Lourdes. O que é progresso?. In.: *Veja*. São Paulo, Ed. Abril, 31 ago. 1994, p. 7-10.
- ROGEL, Guilherme, IÓRIO, Maria Cecília. Campo, urbanização e desenvolvimento. In: *Revista Tempo e Presença*. Rio de Janeiro : CEDI, 1994. p. 9-11.
- SANTOS, Jair L. F. et al. (org.). *Dinâmica da população : teoria, métodos e técnicas de análise*. São Paulo : T. A. Queiroz, Editor, 1991.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo : HUCITEC, 1993.
- SHILLING, Paulo. Polarização social no Brasil. In: *Revista Tempo e Presença*. Rio de Janeiro : CEDI, 1994. p. 21-24.